

Artigo original

A educação participativa para a cidadania e justiça socioambiental: estratégias pedagógicas envolvendo sensibilização, voto e solução de problemas na escola

Participatory education for citizenship and socio-environmental justice: pedagogical strategies involving awareness, voting and problem-solving at school

Educación participativa para la ciudadanía y la justicia social y ambiental: estrategias pedagógicas de conciencia, votación y resolución de problemas en la escuela

Camila Renata Texeira de Souza da Silva^{1*} , Débora Ferreira Martins² , Tamara Simone Van Kaick³ 

1. 2. 3. Universidade Tecnológica Federal do Paraná , Curitiba, PR, Brasil. * Autor correspondente: camilarsouza88@gmail.com.

Citação: SILVA, Camila Renata Texeira de Souza da; MARTINS, Débora Ferreira; VAN KAICK, Tamara Simone. A educação participativa para a cidadania e justiça socioambiental. **Revista Triângulo**, v. 18, n. 00, p. e025035. DOI: [10.18554/rt.v18i00.7842](https://doi.org/10.18554/rt.v18i00.7842).

Recebido: 28 mai. 2024

Aceito: 23 mar. 2025

Publicado: 10 set. 2025



Resumo: Este relato de experiência almeja contribuir para as análises das relações entre os elementos da dialogicidade, suas contribuições para a cidadania e o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). O público-alvo da análise são estudantes de duas turmas do 4º ano do Ensino Fundamental, de uma Escola do município de Curitiba. Diante da problematização “Como desenvolver as concepções de cidadania com estudantes a partir do movimento dialógico na perspectiva de Paulo Freire, visando a educação participativa para a cidadania e justiça socioambiental?”, foram desenvolvidas estratégias pedagógicas envolvendo primeiramente a fase de sensibilização para a temática da cidadania, em seguida, a fase da apresentação do exercício da cidadania pelo voto, e a terceira, com a proposição de soluções para um problema identificado na escola. Tal problemática motivou ações coletivas orientadas por princípios da democracia, cidadania e justiça social, em harmonia com os ODS: Educação de Qualidade (ODS 4); Paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16), da Organização das Nações Unidas (ONU), na agenda 2030. Considera-se, portanto, a relevância da educação dialógica para a participação dos estudantes na resolução de problemas e do papel da escola como um espaço propício para a formação cidadã.

Palavras-chave: Educação. Paulo Freire. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Abstract: This experience report aims to contribute to the analysis of the relationships between the elements of dialogicity, their contributions to citizenship and the achievement of the Sustainable Development Goals (SDG). The target audience for the analysis are students from two 4th grade classes in a school in the city of Curitiba. In response to the question “How can we develop concepts of citizenship with students based on the dialogic movement from Paulo Freire’s perspective, aiming at participatory education for citizenship and socio-

environmental justice?”, pedagogical strategies were developed, first involving the awareness-raising phase for the theme of citizenship, then the presentation of the exercise of citizenship through voting, and the third, with the proposal of solutions for a problem identified in the school. This problem motivated collective actions guided by principles of democracy, citizenship and social justice, in harmony with the SDG: Quality Education (SDG 4); Peace, justice and strong institutions (SDG 16), of the United Nations (UN), in the 2030 agenda. Therefore, the relevance of dialogical education for the participation of students in problem-solving and the role of the school as a space conducive to citizenship formation is considered.

Keywords: Decoloniality. Environmental Education. Critical Thinking.

Resumen: Este relato de experiencia pretende contribuir al análisis de las relaciones entre los elementos de la dialogicidad, sus aportes a la ciudadanía y el cumplimiento de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). El público objetivo del análisis son estudiantes de dos clases de 4º grado de una escuela de la ciudad de Curitiba. Ante la problematización “¿Cómo desarrollar conceptos de ciudadanía con estudiantes a partir del movimiento dialógico en la perspectiva de Paulo Freire, visando la educación participativa para la ciudadanía y la justicia socioambiental?”, se desarrollaron estrategias pedagógicas involucrando primero la fase de sensibilización para la temática de la ciudadanía, luego la fase de presentación del ejercicio de la ciudadanía a través del voto, y la tercera, con la proposición de soluciones para un problema identificado en la escuela. Esta problemática motivó acciones colectivas guiadas por principios de democracia, ciudadanía y justicia social, en armonía con los ODS: Educación de Calidad (ODS 4); Paz, justicia e instituciones sólidas (ODS 16), de la Organización de las Naciones Unidas (ONU), en la agenda 2030. Por tanto, se considera la relevancia de la educación dialógica para la participación de los estudiantes en la resolución de problemas y el papel de la escuela como espacio propicio para la formación ciudadana.

Palabras clave: Educación. Paulo Freire. Metas de desarrollo sostenible.

1. Introdução

Neste relato de experiência, o objetivo é analisar o elemento dialogicidade, do pensamento freireano, e suas contribuições para o desenvolvimento das concepções de cidadania nos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Trata-se de um relato de experiência de práticas pedagógicas e reflexões sobre a obra de Paulo Freire - *A pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*.

Considerando as contribuições da obra *Pedagogia da esperança*, de Paulo Freire, que preza por um ensino que considere as vivências em seus contextos socioculturais, isto é, as realidades dos educandos, foi realizada uma ação para estabelecer relações dos pressupostos supracitados, com práticas pedagógicas que ocorrem no contexto dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A obra mencionada vem contribuir com uma perspectiva de ensino que favoreça a liberdade e a autonomia na construção de um saber e de uma história coletiva, atrelado ao conhecimento popular e erudito que

exige pesquisa, rigorosidade, criticidade reflexiva, bom-senso, curiosidade, comprometimento e tomada de decisões conscientes com a convicção do mundo possível (Freire, 2019).

Na crítica a uma educação que “deposita” saberes no indivíduo, por meio de uma concepção bancária, sem oportunizar uma troca de conhecimentos, Freire (2013) ressalta a importância de atrelar o saber popular, aquele que o indivíduo traz de suas vivências, com o conhecimento científico, independentemente de classe social ou nível de instrução, como expresso na afirmativa: “Carregamos conosco a memória de muitas tramas, o corpo molhado de nossa história, de nossa cultura; a memória, às vezes difusa, às vezes nítida, clara, de ruas da infância, da adolescência” (Freire, 2011, p. 45).

Dessa forma, a educação não pode ser reduzida a uma prática meramente transmissiva, mas deve reconhecer e valorizar o saber que cada indivíduo carrega em sua trajetória. Nesse sentido, o ambiente educacional se configura como espaço formador e emancipador, no qual todos os envolvidos participam ativamente da construção do conhecimento, articulando suas experiências e visões de mundo. Essa perspectiva permite que cada sujeito expresse sua linguagem e compreenda a realidade a partir de múltiplas dimensões, alinhando-se aos princípios de uma educação democrática e popular pautada na justiça social. Assim, à luz da pedagogia da esperança de Paulo Freire (2013), reafirma-se a necessidade de um processo educativo dialógico, no qual a troca de saberes fortaleça ações libertadoras e promova transformações sociais significativas.

Convergindo com esses pensamentos, a proposta educacional apresentada preza pela realidade e especificidades do indivíduo, valoriza o seu espaço e sua identidade, assim como assume que existe a possibilidade da mediação entre um saber científico e um saber para a vida, que desperta e desenvolve o senso crítico-reflexivo dos estudantes para ações solidárias, colaborativas, democráticas e dialógicas realizadas na coletividade. Para que isso se concretize, é essencial que haja clareza e consistência com a visão revolucionária em apoio às classes populares e marginalizadas, com a iniciativa de “construir novas e democráticas sociedades”, conforme ressaltado por Freire (2021, p. 193), nesse cenário, educadores e líderes políticos devem estabelecer uma nova abordagem educacional embasada em uma nova prática pedagógica.

Segundo Soares e Pedrosa (2013), uma educação libertadora, conforme apontada por Freire, deve permear um conhecimento dialógico, sem invasões e manipulações, promovendo ao sujeito uma compreensão das relações homem-mundo, ou seja, sujeito e o espaço que o cerca. A diversidade de opções disponíveis direciona as identidades, tanto individuais quanto coletivas, por meio das histórias e narrativas de pessoas e grupos que desempenharam papéis centrais e contribuíram para a construção da história humana. São desses indivíduos que herdamos nossas raízes, valores e culturas, cujas trajetórias fornecem um arcabouço rico e variado para compreendermos nossa própria identidade e a diversidade da condição humana.

Oliveira (2017), apresenta um entendimento diante das concepções freireanas acerca da dialogicidade, quando discursa que a educação é uma situação de conhecimento e comunicação. O elemento “dialogicidade” parte da natureza histórica do ser humano, caracterizado por criatividade, democraticidade e participação social, como na afirmativa: “Dessa forma, participar do diálogo significa ter voz, não ser silenciado e nem sofrer eticamente pela não inclusão social” (Oliveira, 2017, p. 238).

Nas discussões apresentadas pelos autores Da Silva, De Benedicto e Neto (2021), a população, que goza de maior liberdade para mobilizar-se e expressar-se, influencia as políticas públicas, proporcionando um ambiente favorável ao desenvolvimento e à promoção de práticas sustentáveis. Dessa forma, é possível estabelecer algumas tessituras entre a educação cidadã e democrática fundamentada em freire alinhando-a com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para os autores supracitados, a relação entre democracia e desenvolvimento sustentável é intrínseca e multifacetada.

Como educadores de práticas de Educação Ambiental, compreende-se que a educação desempenha um papel fundamental para a promoção do Desenvolvimento Sustentável, assim, atua-se propondo atividades educativas que visem informar à sociedade sobre os ODS e como suas ações no dia a dia podem colaborar para alcançá-los. Essas discussões sobre os ODS, postos na agenda da Organização das Nações Unidas (ONU) 2030, permitem que as pessoas compreendam os desafios ambientais, sociais e econômicos, interconectados, para buscar o desenvolvimento deles e assim desenvolvam conhecimentos e habilidades que possam contribuir para um futuro que vise o conceito de sustentabilidade mais sustentável. Dessa forma, a práxis pedagógica, as escutas antropológicas e a vez e voz das pessoas, atrelam para construções de conhecimentos relacionados à Qualidade da Educação (ODS 4) e à Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS 16).

Esta interdependência entre educação, democracia e desenvolvimento sustentável, apontada por Da Silva, De Benedicto e Neto (2021), também é refletida por Da Costa et al. (2023), que investigaram, na literatura, o papel da educação na promoção do Desenvolvimento Sustentável, Cidadania e Desenvolvimento Local, com isso, contribuem identificando que: “Entende-se que discutir a sustentabilidade ambiental é um ato de cidadania que resulta em uma contribuição valiosa para a reflexão do modelo de sociedade que se deseja construir” (Da Costa et al., 2023, p. 263).

Ao voltar nossos olhares para Educação, Cidadania, Democracia e ODS, quando trabalhados concomitantemente, tornam-se um processo cíclico e virtuoso. Evidencia-se a importância em ampliar as compressões e engajamento da população nas ações públicas, em busca de uma sociedade mais equitativa, que vise a justiça socioambiental e a merecida qualidade de vida. O propósito da Educação de Qualidade (ODS 4) é assegurar que cada sujeito tenha acesso a oportunidades de aprendizado ao longo da vida. Isso requer assegurar educação acessível, sem discriminação, e que garanta a promoção da busca constante pelo conhecimento, independentemente das circunstâncias socioculturais e socioambientais de cada um (ONU, 2015).

Outros elementos para a promoção da educação e justiça social dos sujeitos são apresentados na Pedagogia do oprimido, na qual se delinea “a relação entre a clareza política na leitura do mundo e os níveis de engajamento no processo de mobilização e de organização para a luta, para a defesa dos direitos, para a reivindicação da justiça” (Freire, 2013 p. 41). Tais elementos compreendem paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16) ao fomentar a formação de espaços pacíficos e inclusivos como base para alcançar o desenvolvimento sustentável. Isso inclui garantir que todos tenham acesso à justiça e assegurar instituições sociais que sejam democráticas e eficazes, responsáveis e inclusivas (ONU, 2015). Essa promoção visa criar ambientes de paz, acesso aos recursos legais necessários, funcionamento das instituições de maneira eficiente e transparente, onde todos possam participar, visando a democratização dos espaços. Nesse sentido, faz-se necessário ecoar as concepções de Freire sobre a educação:

[...] estou convencido da importância, da urgência da democratização da escola pública, da formação permanente de seus educadores e educadoras entre quem incluo vigias, merendeiras, zeladores. Formação permanente, científica, a que não falte sobretudo o gosto das práticas democráticas, entre as quais a de que resulte a ingerência crescente dos educandos e de suas famílias nos destinos da escola (Freire, 2013, p. 23).

Sobre as ponderações freireanas apontadas, almeja-se analisar a concepção de Dialogicidade e refletir sobre o direito nato de voz do cidadão e o engajamento nas organizações sociais. Sendo assim, foi realizada uma ação com os Anos Iniciais do Ensino Fundamental para articular tais elementos nas práticas educacionais realizadas em uma unidade escolar, fortificada em coletivo esclarecido e com ações na tríade da “ética-política-estética”. O relato de experiência pretende apresentar as concepções

institucionais e o planejamento da proposta educativa, emancipadora, desenvolvida com esta finalidade.

Diante das leituras e discussões acerca da obra de Paulo Freire e de suas contribuições, levanta-se a seguinte pergunta problematizadora: Como desenvolver as concepções de cidadania com estudantes a partir do movimento dialógico na perspectiva de Paulo Freire?

Nesse sentido, o presente relato se justifica pelo atual cenário da educação brasileira onde há a necessidade de versar sobre a participação social democrática, nas organizações sociais que atuam no Ensino Fundamental, com a finalidade de estar a serviço do desenvolvimento voltado ao senso crítico e à transformação da realidade social.

Diante do exposto, o objetivo geral deste relato consiste oportunizar o conhecimento dos ODS apresentados na agenda da Organização das Nações Unidas do ano de 2015, a serem cumpridos até o ano de 2030 a fim de permitir uma melhor compreensão do cidadão sobre os desafios ambientais, sociais e econômicos que a sociedade humana precisa enfrentar. Para isso, procura-se identificar como a dialogicidade pode ser relacionada às estratégias pedagógicas para motivar a participação efetiva dos estudantes, além de promover ações que contribuem para o desenvolvimento da consciência crítica..

2. Concepções institucionais da unidade escolar

Compreende-se a escola como um espaço voltado para tecer relações, expandir os conhecimentos, conhecer e respeitar a diversidade, onde o indivíduo gradativamente se insere e se sente pertencente ao grupo de vivência. Sendo assim, as políticas educacionais podem e devem partir de uma unidade próxima do estudante, oportunizando o diálogo com diferentes instâncias e se tornar o fio condutor para um percurso de reflexão e aprendizagem, pois “[...] o diálogo tem significação, precisamente, porque os sujeitos dialógicos não apenas conservam sua identidade, mas a defendem e, assim, crescem um com o outro” (Freire, 2013, p. 110).

Ao impulsionar novos estudos sobre a relevância da valorização dos saberes populares e científicos, é essencial considerar a maneira como esses conhecimentos refletem a forma de pensar e significar o mundo e suas relações socioambientais. Os sujeitos históricos de direito, vistos coletivamente, representam pessoas que possuem uma conexão profunda com suas tradições e com o ambiente em que vivem, ou seja, como aponta Freire, pessoas que são:

[...] democrática, coerente, competente, que testemunha seu gosto de vida, sua esperança no mundo melhor, que atesta sua capacidade de luta, seu respeito às diferenças, sabe cada vez mais o valor que tem para a modificação da realidade, a maneira consistente com que vive sua presença no mundo, de que sua experiência na escola é apenas um momento, mas um momento importante que precisa ser autenticamente vivido (Freire, 2019, p. 110).

Nessa perspectiva, o planejamento de práticas pedagógicas, aqui preconizado, considera os componentes curriculares, transformando conteúdos em questões problematizadoras, as temáticas foram escolhidas conforme a realidade da comunidade escolar, desenvolvidas em ações interdisciplinares, procurando ampliar e diversificar o repertório social e cultural dos estudantes (Curitiba, 2020).

Organizado em uma perspectiva interdisciplinar, relacionando os saberes com participação ativa e crítica, o Currículo Educacional permeia e envolve as práticas educativas, valorizando a cultura, vivência e particularidades dos estudantes no seu contexto social. Nesse sentido, os saberes dos estudantes são acolhidos pelo professor, que democratiza o currículo em ação ao entrelaçar conteúdos

interdisciplinares, permitindo que a complexidade do conhecimento caminhe com a triangulação solidariedade, igualdade, esperança à mudança nas relações sociais participativas, democráticas e dialógicas, “[reforçam] a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se aproximar dos objetos cognoscíveis” (Freire, 2019, p. 28).

Ao planejar partindo do interesse do estudante, são prezados os projetos que busquem resolver problemas relacionados com a vivência e cotidiano das crianças, considerando suas preferências e questionamentos. Com isso, é possível que o estudante observe o ambiente que está inserido para sugerir ações que possam melhorar sua realidade. Após a observação, é possível planejar ações que desenvolvam práticas a fim de transformar suas comunidades. Nesse contexto, o planejamento deve contemplar avaliações contínuas e permanentes, ou seja, no decorrer de todo o processo de ensino e aprendizagem - e não somente por avaliações escritas -, no qual “a curiosidade espontânea se intensifica, mas, sobretudo, ‘rigorosa’, tanto mais epistemológica ela vai se tornando” (Freire, 2019, p. 85).

Na concepção das instituições que oferecem o Ensino Fundamental, a avaliação da aprendizagem requer um grau de formalidade, o que não pode ser reduzido à aplicação de provas/avaliações escritas. A avaliação da aprendizagem é um processo, cujo objetivo é diagnosticar a capacidade, o rendimento escolar dos estudantes em cada etapa de escolarização, contribuindo para a tomada de decisões sobre ações que subsidiem o trabalho na escola, propondo novas formas de organização, de estratégias de ensino, como também corrigindo as ações que não contribuíram para o avanço dos estudantes (Curitiba, 2020).

Considerando os elementos supracitados, foi desenvolvida a prática pedagógica a fim de promover a consciência política dos educandos. Essa prática visa contribuir para a formação cidadã e participação democrática, além fortalecer o sentimento de pertencimento das crianças, tanto em relação ao contexto em que estão inseridas, quanto no coletivo do qual fazem parte. As ações foram desenvolvidas para que as crianças pudessem ter a oportunidade de se envolver ativamente, criando estratégias na busca de soluções de problemas locais, que poderiam trazer um impacto positivo na qualidade de vida de todos.

3. Descrição do contexto e procedimentos

O Projeto foi desenvolvido em uma Escola Municipal, situada no município de Curitiba, e se constitui em ações e práticas voltadas à educação ambiental, sendo possível destacar momentos de reflexão sobre o exercício da cidadania e as interferências nos espaços de vivências, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, participativa e inclusiva. Nesse sentido, a relação docente e discentes não separa a seriedade e alegria da rigorosidade, pois “[...] a alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria” (Freire, 2019, p. 139).

Participaram desta prática pedagógica 70 estudantes de duas turmas do 4º ano do Ensino Fundamental, em Tempo Ampliado. A Educação Integral em Tempo Ampliado (Curitiba, 2020) é orientada pelo Referencial Curricular da Rede Municipal de Ensino (RME), com o intuito de promover o desenvolvimento integral dos estudantes e oferecer diversas oportunidades para que eles vivenciem experiências e aprendizados significativos em suas vidas cotidianas. Além disso, essas experiências e

aprendizados devem transformar realidades em contextos socioculturais que sejam dignos, íntegros, justos e democráticos para o benefício de todos.

Este relato caracteriza-se como uma pesquisa-ação, de caráter investigativo e interpretativo, cuja prática docente foi analisada de forma crítica e reflexiva à luz do pensamento freireano. Foi concebida, aplicada e posteriormente sistematizada em um artigo científico. A coleta de dados envolveu vários instrumentos como: a observação participante do professor; a documentação das percepções sobre o envolvimento dos estudantes nas atividades; os registros das atividades desenvolvidas pelos estudantes, que serviram como fonte primária dos dados; a escolha dos locais de intervenção por meio de votação no Google forms; a elaboração de desenhos nos diários de bordo representando as possíveis transformações dos espaços ociosos da escola, entre outros.

Para garantir o anonimato dos participantes, as produções e dados dos estudantes serão identificados por meio de números, seguindo os princípios éticos da pesquisa. A seleção das atividades seguiu critérios de relevância pedagógica, elegendo aquelas que possibilitaram relações diretas com os pressupostos de Paulo Freire, como o diálogo, a problematização e a construção coletiva do conhecimento. As decisões sobre as intervenções foram realizadas de maneira participativa, estimulando a autonomia dos estudantes, incentivando a democracia e o respeito coletivo. Para o tratamento dos dados utilizou-se a Análise Textual Discursiva (ATD), inspirada em Moraes e Galiuzzi (2016), na qual se faz a desconstrução dos dados brutos com leituras minuciosas dos registros - como as atividades estudantis -, categorização dos elementos centrais - como as recorrências identificadas nos desenhos dos estudantes - e a reconstrução interpretativa - à luz do referencial teórico de Freire, evidenciando os aspectos como autonomia, participação social e consciência crítica.

A prática da cidadania está relacionada à educação integral dos estudantes, uma vez que tal educação considera o indivíduo e suas necessidades globais, de forma contextualizada, democrática, inclusiva e transformadora (BNCC, 2018, p. 9). Assim, essa proposta visa promover atitudes e valores para o exercício da cidadania. A *Pedagogia da esperança*, de Freire, busca dar voz e protagonismo aos indivíduos, incentivando a reinvenção por meio da criação de um mundo melhor, em colaboração com conhecimentos que busquem aprofundar e potencializar a aprendizagem dos estudantes em saberes populares e científicos, garantindo assim seus direitos (Freire, 2013). Nesse sentido:

[...] Porque não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem a saúde das gentes. Por que não há lixões no coração dos bairros ricos e mesmos puramente remediados dos centros urbanos? Essa pergunta é considerada em si demagógica e reveladora da má vontade de quem a faz. É pergunta de subversivo, dizem certos defensores da democracia (Freire, 2019, p. 31 -32).

As diversas experiências e a leitura de mundo dos estudantes se manifestaram em percepções, observações e interações no processo de construção do conhecimento científico. Esse processo vincula as curiosidades iniciais à dialógica coletiva e ao currículo orientador da ação reflexiva do ensinar e aprender. Assim, estudantes e professor estabeleceram uma relação social dialógica, democrática, cidadã e solidária, em consonância com os objetivos de Educação de Qualidade (ODS 4) e Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS 16), conforme a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Salientam-se trabalhos que dialogam com esta pesquisa ao abordar temáticas que relacionam educação, cidadania e socio ambientalismo. Guedes e Da Rosa (2024), discutem a Educação para a Cidadania Global aos ODS, enfatizando o desenvolvimento da criticidade dos estudantes. Seiffert e

Cemillo (2022), analisam a Base Nacional Comum Curricular e os Parâmetros Curriculares Nacionais para integrar temáticas transversais e promover a Educação Ambiental na formação de cidadãos socioambientalmente responsáveis. Dos Santos Domingos (2020), apresenta conceitos de Educação Ambiental e Cidadania para fortalecer valores éticos e morais no contexto escolar. Essas produções oferecem suporte teórico e metodológico por compartilharem a mesma perspectiva de formação crítica e emancipatória, priorizando uma educação voltada para a participação cidadã e a responsabilidade socioambiental.

O currículo educacional favorece o ensino e a aprendizagem ao adotar uma perspectiva de democratização e participação. Estruturado para possibilitar a construção de saberes interdisciplinares, ele deve ser flexível e adaptável a mudanças, promovendo diálogo, igualdade e esperança. Em um contexto de relações sociais participativas, democráticas e dialógicas, o currículo abre espaço para a aprendizagem contínua e a transformação, visando formar sujeitos críticos que, ao refletirem sobre suas ações e o mundo, contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e democrática (Freire, 2019).

Em consonância, o Currículo Municipal da Educação de Curitiba apresenta um conceito de cidadania: “A cidadania pressupõe a democracia participativa, na qual se garante e oportuniza, a todos e a cada um dos habitantes, as mesmas oportunidades de participação na gestão da vida pública, por meio de ações políticas, sociais, econômicas e culturais” (Curitiba, 2020, p. 45). Dessa maneira, o diálogo entre os saberes e as práticas no cotidiano precisam estar permeando a formação do cidadão em coexistência com a democracia, conforme pode ser verificado no texto do documento (Curitiba, 2020) a seguir sobre o exercício da cidadania:

[...] por meio da interação entre sociedade, espaço e natureza, preocupa-se com a formação do indivíduo e o exercício da cidadania, oportunizando aos estudantes a leitura e a reflexão do mundo em que vivem, a partir da compreensão de que o ser humano e os demais elementos da natureza compõem, de maneira integrada, o espaço socialmente constituído, transformado e organizado (Curitiba, 2020, p. 41).

A temática política e cidadania pode gerar desconforto quando se propõe a discussão no ambiente escolar, porém tal reflexão é de extrema importância para a conscientização do papel da criança no exercício da cidadania e suas inúmeras formas de aplicação em sua vivência. O Quadro 1, a seguir, apresenta a temática e os objetivos elencados, a fim de contribuir para as reflexões da questão norteadora.

Quadro 1 – Plano de ensino

Tema: Cidadania

Questão norteadora: Observando os espaços da unidade escolar, quais as interferências que podem ser realizadas para melhorar a vivência e convivência entre os estudantes?

OBJETIVOS:

- Reconhecer a importância de cada estudante exercer a cidadania política em diferentes espaços sociais.
- Identificar a necessidade do exercício político desde a infância, por meio da representatividade de alunos no contexto escolar.
- Proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

Fonte: as autoras (2024).

Após estruturar o plano de ensino, iniciaram-se as etapas da proposta pedagógica.

- ✓ 1ª etapa: As discussões, acerca da forma de organização social, iniciaram-se com um questionamento sobre o que eles entendem ou já sabem sobre “política”. Após ouvir as ideias e registrar no quadro as contribuições, foi proposta uma pesquisa sobre a palavra “política”, nos dicionários impressos e em dicionários virtuais.
- ✓ 2ª etapa: Foi realizada a leitura da história: *Eleição dos bichos* (livro digital), de Rodrigues *et al.* (2018). Os estudantes também assistiram ao vídeo: *Eleições, por quê?* Fafá conta as eleições para crianças - disponibilizado no YouTube. Os estudantes foram convidados a expor suas opiniões sobre a história e sobre o desfecho apresentado pelos autores. Foi possibilitada, também, a oportunidade de discordar, nesse caso, tinham a oportunidade de apresentar suas sugestões e contribuições para um final diferenciado.

Compreendendo o processo de escolha de nossos representantes, os estudantes visitaram o espaço Escola de Cidadania Política – TRE-PR, onde foi possível conhecer o processo eleitoral e as urnas eletrônicas, além de realizar atividades para a conscientização política e o exercício dos direitos relacionados aos votos.

Elucidar o processo de escolha dos nossos representantes, suas propostas e intencionalidade, possibilita a percepção da consciência cidadã para a qualidade de vida, visto os direitos políticos e cívicos inseridos em nossa sociedade, que envolvem a participação social. Assim, os estudantes iniciaram um processo de conhecimento a respeito do engajamento nos diversos espaços que vivenciam. Naturalmente, a compreensão da história como fator de mudança e não como determinante, implica no valor da subjetividade pessoal e coletiva, nesse sentido, “[...] na história, a importância da capacidade de comparar, de analisar, de avaliar, de decidir, de romper, e, por isso tudo a importância da ética e da política” (Freire, 2019, p. 142).

Figura 1 – Aula de Campo – Escola de cidadania TRE-PR



Fonte: as autoras (2024).

Ao propor esta experiência prática, os estudantes puderam conhecer um pouco mais do sistema político democrático e as habilidades sociais e cívicas fundamentais para a promoção de um cidadão ativo e responsável, conhecimentos estes, trabalhados concomitantemente à criticidade, desenvolvendo o respeito pela diversidade de opiniões, culturas e identidade.

- ✓ 3ª etapa: Foram apresentados problemas sociais encontrados no dia a dia (crianças em semáforo vendendo balas, pessoas em situação de rua, famílias em vulnerabilidade etc.), pontuando os direitos e deveres dos cidadãos. Os estudantes foram desafiados a debater, discutir e apresentar algumas sugestões de soluções para o restante da turma.
- ✓ 4ª etapa: Os estudantes participaram da realização de um fórum com o seguinte questionamento: O que podemos mudar para que a nossa escola seja um lugar de gente (ainda mais) feliz? Em grupos, os estudantes discutiram ideias e elaboraram propostas. Em seguida foi oportunizada a socialização dessas produções.
- ✓ 5ª etapa: Foi proposto aos estudantes uma caminhada pela escola, eles foram orientados a observar os espaços ociosos e instigados a refletir sobre possíveis intervenções que oferecessem bem-estar coletivo, tornando aquela, uma escola ainda mais feliz. Após a apresentação das sugestões, realizou-se uma votação, aberta, para a eleição das propostas mais viáveis. As proposições eleitas foram apresentadas para as autoridades da unidade escolar, a fim de verificar a possibilidade de realização das intervenções sugeridas.

Figura 2 – Observação dos espaços e eleição das propostas de intervenção



Fonte: a autoras (2024).

O plano de ação foi encaminhado para avaliação e possível efetivação das intervenções sugeridas. Após aprovado pela gestão escolar a proposição final seguiu para execução da obra. O movimento da ação relatada neste artigo, que mobilizaram para a realização de uma mudança real e participativa no espaço, desencadearam um sentimento de empoderamento dos estudantes. O jardim das emoções planejado será um espaço de coletividade, escuta e sensibilização. O sentimento de pertença, gerado no decorrer do processo, contribui para a construção de conhecimentos e saberes culturais, “porque

viabiliza aos sujeitos serem participantes da vida política da sociedade, tendo voz na luta pelos seus direitos sociais e, sendo respeitados eticamente, somos sujeitos socioculturais” (Oliveira, 2017, p. 250).

4. Resultados

A essência da esperança, na pedagogia, emerge da voz dos oprimidos, quando se incentiva a escuta sobre a denúncia das injustiças sociais persistentes ao longo da história. Simultaneamente, ela se apresenta como um chamado para viabilizar a mudança social e desfazer os laços da trama opressora, vislumbrando a construção de um mundo democrático e humanizado para todos.

A práxis pedagógica reflexiva, freireana, atrelada ao ato de ensinar e aprender, vai além de ser um simples ato político, tornando-se um processo de inclusão social, educação de qualidade associada aos princípios éticos, políticos e estéticos, com amor, alegria, revolução, coragem, rigor e seriedade no conhecimento reflexivo comprometido em “[...] lutar contra os descaminhos que nos obstaculizam de Ser Mais” (Freire, 2019, p. 142). Embasando-se em ações de cidadania, que promovam a consciência crítica e a busca por uma ação dialógica democrática, essa práxis analisa a realidade dos sujeitos, a fim de transformar seus contextos socioculturais. Assim, forma-se um professor problematizador, que vive a autenticidade exigida pela práxis pedagógica de ensinar e aprender, pelo ser, pensar e agir, de “[maneira] política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade” (Freire, 2019, p. 26).

Trabalhando a cidadania nos anos iniciais do Ensino Fundamental, o processo desenvolvido e relatado neste artigo fomentou a argumentação dos estudantes, pois ao serem questionados e desafiados a contribuir para a solução dos problemas, ainda que eles pareçam muito simples aos olhos dos adultos, foi oportunizado um lugar de fala e de voz, rompendo com características internalizadas de um oprimido: “É oprimido fundamentalmente porque internalizou dentro de si o opressor que lhe tolhe a voz, a palavra, a ação autônoma e a liberdade” (Freire, 2013, p. 6).

Ao criar um ambiente educacional que estimulou a troca de ideias e a escuta ativa, a prática pedagógica contribuiu para o fortalecimento do pensamento crítico e da autonomia dos alunos, permitindo-lhes perceber seu papel como agentes ativos na transformação da realidade. Assim, em vez de simplesmente absorver conteúdos e memorizar conceitos, os estudantes se tornam protagonistas de seu próprio processo de aprendizagem, entendendo-se como sujeitos históricos capazes de influenciar e modificar suas comunidades e a sociedade em geral. Essa abordagem reforça a ideia de que a educação deve ser um processo de resistência e construção coletiva, no qual a reflexão e a ação crítica se interligam, formando cidadãos engajados com a promoção da justiça social e a construção de uma sociedade mais ética, democrática e solidária (Freire, 2019).

A cada contribuição dos estudantes é possível perceber a compreensão dos saberes científicos, como se pode ver na expressão: “A cidade não é do prefeito, a cidade é nossa, o prefeito ajuda a organizar a cidade...” (Estudante 15). Nesse discurso, é possível perceber o início de uma **compreensão dos poderes públicos**. Dessa forma, trabalhando situações-problema que permeiam suas vivências, são articulados conceitos e conhecimentos imprescindíveis para a vida do sujeito, tornando as aprendizagens carregadas de sentido.

Outra interpretação importante que emerge dos dados é o **processo ativo de reflexão e pertencimento**, quando o estudante apresenta uma de suas ideias, que consiste em: “Aumentar o muro [...] porque senão as crianças podem subir e se machucar!” (Estudante 7), demonstra que, na percepção da criança, a felicidade no ambiente escolar está ligada tanto às relações interpessoais quanto às condições físicas do espaço e, desta forma, sua reivindicação é por um ambiente seguro e acolhedor. A

justificativa para esta ação - evitar acidentes - reflete na percepção de cuidado mútuo e na promoção de Instituições Eficazes (ODS 16).

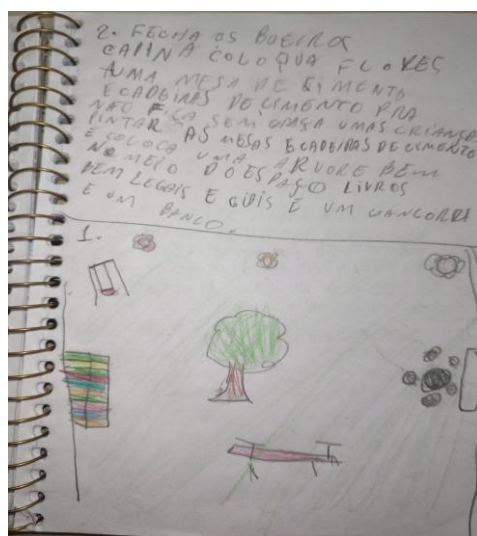
Nas práticas educacionais trabalhadas na educação integral em tempo ampliado, preza-se por momentos de produções coletivas, considerando o estudante ativo na construção do seu conhecimento, ou seja, há uma premissa de ouvir e compartilhar ideias preconcebidas (visão de mundo). Colocados os questionamentos e realizadas as primeiras discussões, busca-se o saber científico sobre o tema em questão. Assim, os exercícios de repetição e memorização perdem espaço para um aprendizado significativo.

Oportunizando a autonomia nos registros, o diário de bordo consiste em um instrumento de registro espontâneo, onde os estudantes apresentam os fatos marcantes nas discussões e compreensões. Um dos registros de diário de bordo apresenta uma ideia de transformação de espaço, revelada em um pequeno texto: “Fecha os bueiros, capina, coloca flores, uma mesa de cimento e cadeiras de cimento pra não ficar sem umas crianças pintar as mesas e cadeiras de cimento e colocar uma árvore bem no meio do espaço livros bem legais e gibis e um gangorra e um banco [SIC]” (Estudante 23).

A proposta de instalar mesas e cadeiras demonstra uma visão de **coletividade**, ou seja, a construção de um espaço apropriado para todos. Já o desejo de “pintar as mesas e cadeiras” sugere um senso de **autoria e identidade**, promovendo a criatividade, a diversidade e o engajamento no espaço escolar. Desta forma, os resultados corroboram com a afirmativa de Guedes e Rosa (2024): “A compreensão crítica da realidade também é promovida a partir de atividades formativas e projetos desenvolvimentos dentro da perspectiva da Educação Popular, que visa criar cidadãos críticos e participativos, capazes de trabalhar coletivamente para compreender a transformar a realidade. [SIC]” (Guedes e Rosa, 2024 p. 145).

A presença de livros e gibis revela a **valorização do conhecimento** e do acesso à leitura, o que corrobora com os pressupostos da educação inclusiva e equitativa (ODS 4). Com o envolvimento de elementos lúdicos como a gangorra, reforça a importância do brincar no dia a dia. E não menos importante, o estudante sugere uma árvore no centro do espaço, o que pode demonstrar uma **consciência socioambiental**, que se conecta com a visão de Freire de transformação social. É possível observar a obra estudantil, neste ponto analisada:

Figura 3 – Diário de bordo Estudante 23



Fonte: as autoras (2024).

A prática realizada contribui para um ensino que promove o exercício da cidadania, ainda que em pequenos movimentos, porém com grande nível de engajamento e mobilização dos estudantes para defender seus interesses, conscientes dos seus direitos e deveres. Assim, “as crianças superam o medo inicial de falar e aprendem a dizer suas palavras. Elas perdem esse medo porque não sofrem repreensão verbal pelo fato de errarem” (Oliveira, 2017, p. 245).

Ao desenvolver esta prática que oportuniza a participação ativa dos estudantes, que os estimulam a observar seu entorno e sugerir melhorias, endossamos a ideia apresentada pelas autoras Seiffert e Cemillo: “A escola é um lugar privilegiado para a aquisição/(re)construção de valores fundamentais para a formação humana, portanto é um ambiente de transformação social.” (Seiffert e Cemillo, 2022, p. 154). A possibilidade de fazer parte da transformação do espaço escolar (esta que) valoriza a vida e a convivência, evidenciando a importância do estímulo voltado para a responsabilidade socioambiental.

Diante destes achados, a escola desempenha um papel importante de oportunizar o diálogo e debate para a prática da cidadania, reflexão social e política, bem como a tomada de decisão e mudança de atitude. Visão esta que está em sintonia com os expostos de Dos Santos Domingos (2020), que destaca a formação de cidadãos comprometidos com a justiça social e ambiental.

Essa abordagem pedagógica vai além da transmissão e internalização de conteúdo, mas possibilita a promoção da formação integral dos alunos e incentivando sua participação ativa na resolução de questões que afetam suas vidas. O objetivo deste relato é analisar a dialogicidade, dentro do pensamento freireano, e suas contribuições para a cidadania e o cumprimento dos ODS, buscando integrar essa prática às estratégias pedagógicas para desenvolver a consciência crítica dos estudantes. A escola é vista como um espaço essencial para a construção de valores como convivência, justiça e solidariedade, preparando os alunos para a democracia e um futuro mais justo e equitativo.

5. Considerações finais

O diálogo nas concepções de Paulo Freire está associado ao ato de se comunicar, que é de direito das pessoas e permeia as relações humanas. Por meio do elemento dialogicidade, os sujeitos comunicam seus saberes e, a partir dessas expressões, é possível compartilhar, construir e aprofundar conhecimentos.

Os sujeitos nas relações de cidadania e participação, em seus contextos socioculturais, precisam alcançar a dialética da consciência crítica-reflexiva do “nós no mundo”. É fundamental lutar por igualdade social, começando pela equidade de classes, promovendo dignidade e integridade existencial. Por isso, a luta é revolucionária e constitui um dos instrumentos essenciais para formar sujeitos crítico-reflexivos que afirmam seus direitos em uma sociedade democrática e libertadora.

Abrir espaços para práticas pedagógicas que promovam o engajamento e a reflexão sobre direitos e deveres contribui para a construção de conhecimentos e saberes populares, tornando o ensino e a aprendizagem prazerosos, próximos e atrativos para os estudantes. Nesse sentido, a formação de sujeitos críticos, comprometidos com a sociedade e seu desenvolvimento cívico, social e cultural, também é trabalhada. Dessa forma, mais que aquisição de conhecimentos, a construção de valores para a compreensão de mundo está envolvida na vertente desta educação libertadora.

Entender que a educação está à mercê de um sistema, mas que é possível realizar práticas de conhecimento para a vida, potencializa uma educação dialógica, problematizadora e democrática. Sendo assim, considera-se que investir na promoção da cidadania e ampliar as compreensões acerca

da democracia na escola é investir no futuro da sociedade. Contribuindo, ainda, para a formação de estudantes conscientes, críticos e comprometidos com o bem comum, podendo se alinhar fortemente às metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 4: Educação de Qualidade.

Referências

CURITIBA. Secretaria Municipal de Educação. **Currículo do Ensino Fundamental**: Diálogos com a BNCC. Departamento de Ensino Fundamental. v. 2, 2020.

DA COSTA, José Carlos Mayrink *et al.* A educação sob a perspectiva do desenvolvimento local e da cidadania. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 32, p. 259-267, 2023. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.15202/1981896.2023v32n59p259>. Acesso em: 7/07/2024.

DA SILVA, Luiz Henrique Vieira; DE BENEDICTO, Samuel Carvalho; NETO, Josué Mastrodi. Aproximações entre a qualidade da democracia e o Desenvolvimento Sustentável. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 58, p. 1-20, 2021.

DE OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. A dialogicidade na educação de Paulo Freire e na prática do ensino de filosofia com crianças. **Movimento-Revista de Educação**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 228-253, 2017.

DOS SANTOS DOMINGOS, Margareth Barbosa. Educação ambiental e cidadania no contexto escolar. **Revista Acadêmica Online**, v. 6, n. 35, p. e863-e863, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2011

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da libertação em Paulo Freire**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2019. Freire, P. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo; TORRES, Carlos Alberto; NOVOA, Carlos Alberto Torres. **Diálogo com Paulo Freire**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

GUEDES, Thainá Cristina; DA ROSA, Carolina Schenatto. Educação para a cidadania global: um olhar a partir das Epistemologias do Sul. **Revista GepesVida**, v. 10, n. 24, 2024.

MORAES, Roque. GALIAZZI, Maria do C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Editora Unijuí, 2016. E-book. pág.1. ISBN 9786586074192. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786586074192/>. Acesso em: 30 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 17 abr. 2024.

SEIFFERT, Elaine Cristina Pamplona; CEMILLO, Eliane Juraski. **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**. 2022.

SOARES, Leôncio José Gomes; PEDROSO, Ana Paula Ferreira. Dialogicidade e a formação de educadores na EJA: as contribuições de Paulo Freire. **ETD Educação Temática Digital**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 250-263, 2013.

Contribuição dos autores: Os autores contribuíram com a elaboração da fundamentação teórica, estruturação do artigo, pesquisa, análise e descrição dos resultados e revisão do manuscrito.

Conflitos de interesse: Os autores declaram que não há conflitos de interesse.
